

# Economista propõe uma política coerente e austera

21 JUL 1982

A situação econômica do País é extremamente difícil e não tem solução imediata, afirmou ontem o economista Marcel Solimeo, diretor do Instituto de Economia Gastão Vidigal, da Associação Comercial de São Paulo. Recomendando paciência, ele acredita que será necessário, no mínimo, um período de alguns meses ou até um ano para que o governo consiga dar solução a alguns problemas, mas alerta contra "medidas de remendo" de curto prazo, "que além de não contribuírem para as correções estruturais, agravam as distorções existentes".

Para Solimeo, o que está faltando é a definição bem clara de uma política econômica coerente e austera, que "permite vislumbrar um horizonte mais amplo do que o da próxima semana", e o restabelecimento da credibilidade das autoridades econômicas, por meio de um comando mais eficaz. Destacando que o grande foco da inflação é o déficit do setor público, com o estouro do orçamento das empresas estatais e a política de subsídios, ele explicou que esse não é um problema que se possa resolver de imediato. "Mas também não se justifica que se continue sem tomar qualquer atitude, indo sempre a reboque do dia-a-dia".

O empresário Firmino Rocha de Freitas, presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica, não vê, no entanto, necessidade alguma de se alterar a política econômica. "A que está aí é correta e basta executá-la", salientou, lembrando que a solução é óbvia: o controle dos orçamentos monetário e fiscal, para que o País possa funcionar. "Todos reconhecem que o problema são os gastos públicos. Os orçamentos estão todos estourados. Então, o que se tem a fazer é controlá-los. As outras medidas seriam paralelas e apenas de efeito psicológico."

## FRACASSO

O economista André Franco Montoro Filho, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, porém, não acredita que o "rombo" das estatais possa ter grande impacto inflacionário, "pois ele, na verdade, é pequeno e só uma parcela mínima tem sido coberta com emissão de moeda, sendo o restante atendido por transferências do Tesouro previstas em orçamento, as chamadas contas vinculadas".

Em sua opinião, o que os indica-

dores econômicos mostram "é o fracasso da política adotada e a incapacidade das autoridades de resolver o problema". "A raiz da questão é o fato de a política econômica ter sido baseada em um diagnóstico errado da situação, tratando os problemas somente pelas vias monetária e fiscal, como se eles fossem apenas conjunturais, quando, na realidade, eles resultam da desorganização estrutural na administração da economia, executada de forma autoritária e centralizadora."

Montoro Filho acha que a nova alta da inflação resulta das altas taxas de juros — "que tornam inviável qualquer atividade econômica que não seja especulativa de curto prazo" —, além de refletir a política de contenção anterior, "que foi um simples empurrar o problema para diante". Mas a principal causa, em seu entender, está no mecanismo de propagação, a "bola de neve" dos preços, que as medidas de contenção da demanda estão-se mostrando incapazes de conter, dada a estrutura existente e os mecanismos de salvaguarda que as empresas criaram. Como solução, ele recomenda a instituição de uma política de controle de preços e melhor distribuição da renda, que envolva todos os setores e resulte de um pacto social.

Também Marcel Solimeo acha que um programa coerente de combate à inflação implicará a transferência de renda. "O problema é mais político que econômico. Deve-se dimensionar os gastos da sociedade como um todo, dentro da realidade que o país comporta, e deixar bem claro quem vai pagar a conta. E essa é uma conta que todos precisam pagar; não só a classe média, como ocorre hoje."

## RENEGOCIAÇÃO

Em relação à proposta de renegociação da dívida externa, feita ontem pelo presidente da Abiquim, Paulo Cunha, Solimeo lembrou que essa medida implicaria a adoção de uma política bastante austera, para atender às condições impostas pelos credores, e, portanto, teria de fazer parte de um programa econômico global. Nesse sentido, alertou que não se deve falar em renegociação como se os problemas acabassem imediatamente e o País fosse voltar a crescer a altas taxas, sem precisar pagar depois.